Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Entrevista com o Prof. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Igor Carlos Feitosa Alencar

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
igor.carlos@usp.br

Thell Victor de Andrade Rodrigues

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, SP, Brasil.
thellrodrigues@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Entrevista com o Prof. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Resumo

Entrevista com o professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, realizada em 2 de outubro de 2026, para o dossiê Geografia e Marxismo, do Boletim Paulista de Geografia (n. 116). A conversa aborda sua trajetória intelectual e política, a formação marxista no campo da geografia e as relações entre produção do conhecimento, movimentos sociais e luta política.

Palavras-chave: Entrevista; Manoel Fernandes de Sousa Neto; Geografia; Marxismo; BPG.

Interview with Professor Manoel Fernandes de Sousa Neto

Abstract

Interview with Professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, conducted on October 2, 2026, for the Geography and Marxism dossier of the Boletim Paulista de Geografia (no. 116). The conversation explores his intellectual and political trajectory, the development of Marxist thought in geography, and the relationships between knowledge production, social movements, and political struggle.

Keywords: Interview; Manoel Fernandes de Sousa Neto; Geography; Marxism; BPG.

Nota dos entrevistadores

No processo de transcrição desta entrevista, procuramos conciliar a fluidez da leitura com o respeito pelas marcas da oralidade. Para tal, utilizamos parênteses para sinalizar hesitações, comentários laterais ou interrupções do próprio entrevistado, e reticências para pausas no discurso.

Além disso, recorremos a colchetes sempre que sentimos a necessidade de inserir complementos textuais externos. Por sua vez, as notas de rodapé foram reservadas exclusivamente para a contextualização de informações históricas, institucionais ou bibliográficas estritamente necessárias à compreensão do relato.

Por fim, a transcrição foi enviada ao entrevistado, que realizou a leitura, fez pequenos ajustes pontuais e aprovou a versão final.

1. [Thell Rodrigues]: A primeira pergunta que a gente queria colocar, essa de apresentação, é pedir para você apresentar sua trajetória intelectual e profissional. Como que você narraria essa sua trajetória, destacando principalmente a geografia, o marxismo e seus processos de pesquisa, os objetos de pesquisa. Enfim, como é que foi esse percurso?

[Manoel Fernandes]: Então, muito boa tarde também a vocês, como você mesmo disse, Thell, nessa tarde chuvosa de São Paulo. Então queria agradecer ao Thell Rodrigues e ao Igor Feitosa pelo convite. Também agradecer pelo fato de estarem fazendo um dossiê sobre geografia e marxismo, que considero super importante que vocês o tenham feito. Penso que é preciso fazer uma espécie de balanço do que acontece no campo, ainda mais quando o próximo evento da AGB [Associação dos Geógrafos Brasileiros] será exatamente para, digamos, comemorar uma efeméride da geografia crítica no Brasil, que são os 50 anos após 1978 em Fortaleza.

E aí eu queria começar a minha resposta exatamente por isso. Eu fiz o meu curso de graduação na Universidade Federal do Ceará entre 1988, portanto, quando nós completávamos cerca de 10 anos do que aconteceu ali, naquela cidade e naquela universidade. E concluí o meu curso de graduação em 1992-1993, porque a gente participou de uma greve, e essa greve acabou por adiar o término do bacharelado. O que nos deixa muito felizes também, porque foi uma greve de três meses, uma greve longa e uma greve muito importante para a universidade, naquele momento que era o momento que a gente cruzava a implementação das políticas neoliberais, e que passaram a ser, digamos assim, fortemente implementadas no Brasil, com a eleição do Collor, em 1989. Tanto é que nós tivemos um reitor que não foi o mais votado pela comunidade, e ele foi o que assumiu. Ele era, na realidade, o terceiro. Houve dois golpes, e esses golpes aconteceram tanto por dentro do Conselho Universitário, quanto no âmbito do MEC [Ministério da Educação]. Então, ele foi o terceiro para a comunidade, o primeiro no colégio eleitoral, e aí ele foi o indicado pelo Collor. Porque o recado, à época, era exatamente esse, se você conseguir dar um golpe dentro do Conselho Universitário, nós vamos indicar você como o primeiro, porque a consulta não vale nada, o que vale, de fato, é o que o Conselho definir". E aí também teve uma série de greves relacionadas à intervenção.

Bom, então, onde é que eu me situo? Eu não aprendi boa parte da literatura marxista por dentro da geografia. Já em 1988, boa parte dos meus professores, com exceção apenas para aqueles que eram mais vinculados à área de geografia agrária, e aqui eu cito professores muito importantes da minha formação, que foi o professor José Levi Sampaio, que ainda hoje é vinculado ao MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra], ainda hoje é vinculado à CPT [Comissão Pastoral da Terra], bem como o professor Amaro Alencar, de quem eu, inclusive, fui monitor por um tempo, e havia, evidentemente, alguns professores na casa que,

embora se dissessem participantes da AGB, de perspectiva um pouco mais crítica, já há muito tinham abandonado a perspectiva marxiana. Embora dialogassem com os colegas lefebvrianos da USP, tivessem, inclusive, com eles cursado mestrado e até doutorado, ou tivessem por eles sido orientados. Não vou necessariamente falar de nomes, mas alguns desses meus professores e professoras, muitas e muitos do quais depois se tornariam colegas, já mesmo em 1988 e no começo dos anos [19]90, haviam abandonado a leitura do marxismo, ainda que não tivessem declarado isso de todas as formas.

Então, onde foi que eu fui ler Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci...? foi no movimento estudantil. E no movimento estudantil, eu participei de praticamente tudo. Eu fui primeiro do Centro Acadêmico Amélia Alba, que era uma professora de geomorfologia que morreu num acidente aéreo, por isso o centro acadêmico a homenageava. Depois eu fui, junto com nomes importantes da geografia brasileira, como o professor Charlles da França Antunes, a gente reconstruiu a Executiva Nacional de Estudantes em Belém do Pará, um evento que aconteceu em janeiro de 1990, e nos tornamos membros dessa coordenação. Eu, ele e o professor Belarmino Mariano éramos os coordenadores gerais. Eram três coordenadores, na época nós não chamávamos de CONEEG [Confederação Nacional das Entidades de Estudantes de Geografia], chamávamos de Executiva Nacional de Estudantes - ENEG. E dessa ENEG participaram nomes muito importantes na geografia do Brasil que depois se tornaram professores. Como é o caso do professor Paulo Cesar Scarim, ele estava nessa diretoria; o professor Belarmino Mariano, que dá aula na Universidade Estadual da Paraíba; o professor Charlles da França, que eu já citei e hoje é docente titular da UERJ-FFP São Gonçalo. E essa gestão durou cerca de dois anos. Depois disso, eu entrei na diretoria da UNE [União Nacional dos Estudantes] também. Fui parte da diretoria da UNE entre os anos de [19]91 e [19]92. Então, praticamente toda a minha graduação, foi dividida entre a sala de aula e a atividade no movimento estudantil. E toda essa atividade, ela foi mediada, ela foi lastreada por leituras marxistas que não eram necessariamente leituras feitas na geografia. Então, boa parte do debate que eu fazia na sala de aula estava de alguma forma vinculada à discussão que eu fazia no movimento estudantil.

Para além do movimento estudantil, eu fiz parte de uma organização que nasceu como CGB, Coletivo Gregório Bezerra. Era uma homenagem a um grande revolucionário pernambucano, que na realidade tinha uma formação de caráter stalinista. Inclusive, havia dois personagens que participavam dessa organização, mas não se declaravam como participantes dela. Era o professor Douglas Santos e o professor Ruy Moreira. Essa organização, inclusive, chegou a lançar um candidato à presidência da República, que não foi registrado, no final das contas. E esse partido racha na eleição de 1989, porque nós não esperávamos que o Lula fosse para o segundo turno, e ele foi – o nome provável era o [Leonel] Brizola. E no meio dessa discussão, um grupo do partido passou a defender o voto nulo, e um outro grupo passou a defender que

nós votássemos no Lula. Eu, isso me caracteriza muito bem, eu defendia o voto nulo, porque naquele momento eu já entendia que havia uma aliança orgânica do PT com o Capital (não sei se vocês lembram, mas aquele período histórico foi o período em que o PT começou a expulsar quase todas as correntes trotskistas). Então, veja, eu era de um partido que tinha, uma raiz stalinista, mas era alguém que dialogava muito com o trotskismo. Eu era alguém que, de certa forma, defendia o voto nulo, mas quando houve o racha do partido, eu fiquei com aqueles que apoiaram o voto no Lula. Formei comitê, fiz parte da campanha. Então, esse é o conjunto das minhas contradições. Por que naquele momento eu achava que era importante ter um voto crítico no Lula? Porque ainda que eu achasse que havia uma aliança orgânica com o Capital, era importante naquele momento ter uma atividade que fosse de massa e não apenas uma atividade que fosse de vanguarda.

Acho que isso me define um pouco no sentido de que eu nunca pensei, academicamente, algo que me distanciasse da política. Por isso é que ao longo de todo esse tempo também, eu nunca deixei de fazer parte do sindicato. Eu nunca fiz política parlamentar. Mas eu sempre estive fazendo política a partir ou dessa atividade do movimento estudantil ou depois da atividade do movimento sindical. Tanto é que quando eu me torno professor universitário em 1993, a primeira coisa que eu faço é me filiar ao ANDES, Sindicato Nacional [dos Docentes das Instituições de Ensino Superior], na Universidade Federal da Paraíba. Eu assinei o contrato num dia e no dia seguinte eu me filiei ao sindicato. E participei ativamente do sindicato durante muito tempo, sempre como base. A única vez que eu participei como alguém que tivesse ficado como direção foi aqui na Universidade de São Paulo, na ADUSP [Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo]. E ainda assim de maneira muito... como posso dizer, num cargo sem expressão. Mas sempre fazendo parte também da diretoria ampliada da ADUSP, da DIRAMP. Fiz parte da DIRAMP durante muitos anos. Era uma diretoria ampliada que reúne não só aqueles que eram/são da diretoria, mas também de um círculo maior de colegas que participavam/participam das atividades e do debate mais amplo.

Mas voltando, então, a minha formação no marxismo se deu muito mais no movimento estudantil do que por dentro do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Isso se deu porque muitos colegas, hoje colegas, na época professores, de certa forma já tinham abandonado o marxismo e de alguma maneira já tinham começado também a abandonar a Geografia Crítica. Então, embora a gente possa situar que há uma crise da Geografia Crítica após os anos 2000, essa crítica já se instala em fins dos anos [19]80, princípios dos anos 1990. Na época não havia curso de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal do Ceará. Praticamente só havia curso de pós-graduação em alguns estados brasileiros. No Nordeste você só tinha em dois lugares, na Universidade Federal de Pernambuco, que é um dos programas mais antigos, e você tinha um programa na Universidade Federal de Sergipe que no fundo estava ligado ao programa aqui de São Paulo, da UNESP de Rio Claro. E com uma vertente

muito voltada para uma perspectiva, entre aspas, teorética. Então, naquele momento, quando eu terminei o curso de graduação, em 1992, ainda fazendo o curso de bacharelado, escrevendo a monografia, eu vim tentar o mestrado aqui com o professor Antônio Carlos Robert Moraes. E a vinda para cá para tentar com o professor Antônio Carlos Robert Moraes se deve ao fato de que o professor Antônio Carlos Robert Moraes foi militante do PCB [Partido Comunista Brasileiro]. Portanto, a minha trajetória, de alguma maneira, ainda que eu não soubesse, isso eu vim saber depois que me tornei orientando dele, se cruza um pouco com a trajetória dele. O professor Antônio Carlos Robert Moraes tinha sido militante do PCB, foi receber o Prestes, quando o Prestes volta do exílio. [Luis Carlos] Prestes, na realidade, depois rompe com o PCB e se funda um grupo em torno do Prestes, que é o Prestismo. É do Prestismo, um novo racha, que se funda o Coletivo Gregório Bezerra, que eu falei no começo, e é do coletivo Gregório Bezerra que saiu o Partido da Libertação Proletária. Eu saio do PLP em 1991, e depois disso nunca mais eu voltei ao PLP e a nenhuma outra organização. O PLP deixou de existir. Um setor acabou, na realidade, indo para uma organização internacional na qual estava a Convergência Socialista, que depois se conforma com o PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado]. Então, o setor chegou a ir para o PSTU, um setor expressivo do PLP. Esse setor, na realidade, tinha um vínculo com as teses da LIT, que era a Liga Internacional dos Trabalhadores, que era muito forte na América Latina, nomeadamente na Argentina. Mas eu acabei, digamos, não fazendo mais parte de maneira orgânica de nenhum partido.

Essa é, um pouco, a reflexão que eu queria fazer, mas queria dizer assim. A maior parte das pessoas que eu conheço que tiveram literatura no campo do marxismo, na geografia, ou elas estavam em lugares onde essa leitura ainda era feita... Então, por exemplo, se eu pegar aqui o caso do professor Charlles da França, ainda tinha um grupo do Ruy Moreira, que na UFF estudava Marx. Aqui em São Paulo você tinha um grupo que estava reunido em torno do professor José de Souza Martins, que estudava mais amiúde a obra do [Henri] Lefebvre, um grupo que estudou de maneira sistemática por oito anos e era formado por professoras como Odete Seabra, Amélia Damiani e Ana Fani. Você tinha ainda um núcleo muito importante, que se formou com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o docente que mais orientou doutorandos na geografia brasileira e logo formou dezenas de colegas espalhados pelo Brasil inteiro. Então, você tinha aí uma formação marxista, mas também tinha outros grupos que também estudavam marxismo. Ou na PUC de São Paulo, com o Douglas [Santos], também você tinha um núcleo. Você tinha um outro núcleo, com o professor Armen Mamigonian. E há dois nomes um pouco esquecidos, mas que são importantes, dois nomes de mulheres. No Rio Grande do Norte, uma pessoa que mereceria muito nossa atenção para esse dossiê, que é a professora Lenyra Rique da Silva. Ela foi professora no Rio Grande do Norte, depois foi professora na Universidade Federal de Santa Catarina, e a professora Alexandrina Luz, que é mais conhecida – ela também foi muito importante, porque ela era o contraponto a uma

perspectiva mais neopositivista da geografia teorética, lá em Sergipe. Tirando esses núcleos e alguns setores mais dispersos no Brasil de professores, mas não necessariamente de pessoas mais engajadas com o discurso marxista, você vai encontrar pouca gente.

Por exemplo, as instituições até tinham um pouco essa caracterização. Se você pegar a UFRJ, ela estava muito mais próxima da geografia quantitativa, do IBGE, do Estado, do que, por exemplo, o núcleo que foi para a UFF. Mas esse núcleo que foi para a UFF era um núcleo que tinha saído, na verdade, da PUC do Rio de Janeiro. O Ruy [Moreira] foi da PUC do Rio de Janeiro, o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, que depois vai abandonar o marxismo em torno do debate, que tem muito mais a ver com o discurso pós-colonial. O marxismo para ele vai virar um discurso entre outros. Mas esse núcleo todo estava dentro da PUC. Esse núcleo migra depois para a Universidade Federal Fluminense. Isso tem a ver até com processos institucionais da Universidade no Brasil, porque até o princípio dos anos [19]80, você não tinha concurso para as universidades federais. Eles eram professores que entravam numa condição precarizada, não sei se era exatamente como convidados, mas eram meio que temporários, e depois eles lutam, brigam, para que haja concurso e eles possam entrar. E boa parte disso, é claro, é herança da ditadura.

Agora, contraditoriamente, quando é que a geografia crítica foi mais forte? Ela foi mais forte no momento de crise do capital, em que se lutava contra a ditadura, se lutava contra os anos de chumbo. E aí eu vou dizer algo que eu falei esses dias, no evento em que participei em Portugal[1], é que no caso da Geografia brasileira, diferentemente de outras disciplinas, como as Ciências Sociais, como a História, mas nomeadamente com relação às Ciências Sociais e às Ciências Políticas, no caso da Geografia, boa parte dos nossos colegas, dos nossos intelectuais marxistas, que continuaram trabalhando na perspectiva marxista, eles vieram dos movimentos sociais, com algumas exceções. Então, o Ruy [Moreira] participou da luta política sindical; o Douglas Santos participou do movimento estudantil, naqueles anos, aqui na Universidade de São Paulo; o Horieste Gomes chegou a ser preso, nome importante que eu esqueci, de Goiás. O Horieste também é outro grande nome que tem que ser lembrado, não pode ser de forma nenhuma esquecido.

Então você tem uma coisa que é, boa parte dos colegas que depois se tornaram professores na geografia estavam vinculados ou ao movimento camponês, ou ao movimento operário, ou de alguma forma até mesmo aos movimentos sociais no interior da igreja, ou ao movimento estudantil. Então, esse caldo fez com que nós lêssemos o marxismo numa perspectiva que não era necessariamente a da academia, não era necessariamente a da disciplina Geografia. Então, fazer essas distinções também para compreender como foi se conformando esse marxismo no

[1] Trata-se do "Terceiro Encontro Internacional: O Espaço como Negação do Tempo na Crise do Capital", realizado entre os dias 28 e 30 de setembro de 2026, na Universidade Aberta, em Lisboa.

campo da geografia tem um caráter muito importante. Por que eu faço essa avaliação? Eu faço essa avaliação porque, no meu entendimento, nos outros campos disciplinares, como não havia essa tradição de vínculo com os movimentos sociais, com os movimentos da cidade e do campo, o descolamento foi mais fácil de ser feito, porque como era só uma leitura teórica, não tinha envolvimento político efetivo, se descolar foi muito mais tranquilo, muito mais simples. Inclusive, esses setores passaram a administrar parte da crise do Estado, parte da crise do próprio Capital. No nosso caso, na geografia, não. Nós continuamos, de alguma forma, vinculados e balizados por esses movimentos sociais. Então, mesmo alguns colegas que se dizem marxistas, que são próximos do MST, embora para mim já não sejam lá muito marxistas porque deixaram de acreditar em revolução, de alguma maneira continuam cobrados por setores do MST, que também deixaram de ser marxistas, mas são/estão cobrados por esses setores. E, ao mesmo tempo, os movimentos sociais urbanos, quer dizer, essa marca tem um caráter muito importante para a geografia. Então, eu diria que essa porosidade, esse vínculo, isso lastreia a nossa produção intelectual. É, por isso, talvez que a geografia do Brasil, eu não vou chamar de geografia brasileira, porque escolas nacionais, para mim, e essa é uma avaliação política, são um problema, porque, no fundo, nós dialogamos com geógrafos do mundo inteiro, mas também com intelectuais de outras áreas. Então, eu sou contra tanto pensar uma nacionalidade disciplinar, quanto pensar uma nacionalidade no sentido restrito das fronteiras nacionais, dos limites de um país, então, eu diria que há um núcleo muito vinculado ao que é essa nossa condição de periferia, aonde as lutas são muito importantes e é necessário continuar realizando.

Mas, assim, eu não me tornei geógrafo marxista por dentro da geografia. Eu me tornei um geógrafo marxista porque a geografia me possibilitou dialogar com outros campos do conhecimento aonde o Marx era importante, e também por dentro da luta. E eu diria para você que eu tenho muito mais... a palavra crença não é a melhor, mas credibilidade, diria, dessa permanência no campo do marxismo se deve muito mais a estar ainda próximo dos movimentos sociais do que necessariamente em ter me tornado professor da Universidade de São Paulo, ou ser professor universitário há quase 33 anos, pois quando cheguei a USP já havia sido professor na UFPB e na UFC. Então, assim, posso dizer que tem uma coisa que me encanta muito em mim mesmo, desculpe aí a falta de modéstia, não ter me tornado, digamos assim, "um geógrafo colonizado no sentido de que, por ter chegado à Universidade como docente, por ter chegado à USP, ou coisa que o valha, não esqueci minha condição periférica". Em que sentido "geógrafo colonizado"? Naquele sentido de que, às vezes, há um descolamento, algumas pessoas chegam a determinados lugares e começam a já não se ver mais. Então, assim, não há geografia marxista sem AGB no país, não existe uma AGB sem movimento social, percebe? Todas as vezes que AGB se distancia das lutas sociais das e dos trabalhadores, ela se torna outra coisa qualquer que não é essa nossa outra grande escola em movimento que é a AGB. Mas, assim, não estou falando só da geografia colonizada" no sentido mesmo de uma até negação do lugar crítico que deveria ser a Universidade, não. Estou falando do colonizado

naquele sentido de institucionalidade, certo? Alguns colegas se tornam professores universitários, ou pesquisadores, de repente ganham um certo renome internacional, entram em determinados projetos de pesquisa, passam a administrar agências de fomento e aícomeçam a fazer parte de uma espécie de nobiliarquia acadêmica e passam a negar completamente as origens intelectuais que nós tivemos, que são muito mais origens intelectuais orgânicas do que origens intelectuais nobilíssimas da academia. Então, para terminar, o que me formou no marxismo? Não foi a geografia. Embora, evidentemente, na geografia eu tenha encontrado uma possibilidade para pensar numa perspectiva marxista. E, por fim, na USP, encontrei um ambiente muito propício para aprender com pares que considero ímpares por terem matrizes marxistas diversas e inclusive por não terem abandonado a perspectiva teórica do marxismo e continuarem engajados com movimentos sociais no campo e na cidade.

---

2. [Igor Alencar]: A gente acompanha pela sua produção que você sempre trabalhou com dois temas em paralelo, uma questão de geografia histórica e também uma história da geografia. E revisitando a sua obra, a gente vê que há um esforço de reorganizar essas duas perspectivas, sintetizando numa formulação que você intitula como uma "história da geografia na geografia histórica do capitalismo". E aí o que nos interessa te perguntar é que, além de ser um bom trocadilho, essa formulação parece apontar para uma mudança importante no próprio modo de pensar a história da geografia. Então, como se deu esse movimento na sua trajetória da geografia histórica em sentido mais amplo para uma ideia de uma geografia histórica do capitalismo? E o que essa perspectiva permite compreender da história da geografia que não aparece nas narrativas já consolidadas sobre a própria história da geografia?

[Manoel Fernandes]: Agradeço a pergunta, ela possibilita refletir sobre aquilo que eu acho que talvez seja um pouco da contribuição que eu dei no campo. A minha monitoria, na graduação, foi em história da geografia. Na realidade, não era história da geografia, era chamada de introdução à geografia. Por que isso? Porque os currículos, ainda até o final dos anos [19]80... só para vocês terem uma ideia, no meu primeiro semestre na Universidade Federal do Ceará, as disciplinas que eu fiz foram Biologia Geral, Matemática, que era uma espécie de Cálculo, Geologia Geral e Química Geral. Esse é um curso de Geografia? Mas foi o meu primeiro semestre, esse era o currículo da Universidade Federal do Ceará! Tanto é que só nos formamos três, no ano em que eu me formei, só se formaram três pessoas. Na minha turma, só eu. Por quê? Porque era obrigatório fazer essas disciplinas, e quem não passava nelas, por exemplo, quem não passava em Geologia Geral, que é necessário, evidentemente, não faria Geomorfologia; quem não passava em Química, daí a dois semestres, não faria Pedologia,

porque era obrigatório ter Química para fazer Pedologia; o único da minha turma que passou com média em Química Geral, que foi com a média mais baixa, foi a minha média mais baixa em toda a universidade, média 7, fui eu. Os outros todos foram para a segunda época e não passaram. Então, eu fui o único a entrar em 1988, que terminou o curso no tempo regular, em quatro anos. Os outros todos só terminaram um semestre depois. Eu concluí com dois colegas, uma que hoje é professora no Acre, professora Maria de Jesus [Morais], e um outro colega que hoje é padre jesuíta, Marcos Augusto Brito Mendes, que é um amigo também muito querido, que também foi, inclusive, da Executiva Nacional nos anos 1990.

Então, veja bem, os anos [19]80 são aqueles em que está havendo um grande debate em torno da mudança curricular, para que nós abandonemos uma tradição muito empiricista na geografia e, de fato, comecemos a ter um debate de natureza mais teórica. Tanto é que se cria na USP uma disciplina chamada História do Pensamento Geográfico. E só nos anos [19]80 é que, na verdade, nas outras universidades, você vai também criar, não mais introdução à geografia, por exemplo, quando eu fui dar aula na Paraíba, ainda era introdução à geografia. Depois, não, depois você cria disciplinas voltadas para uma História do Pensamento Geográfico. Bom, ao discutir uma História do Pensamento Geográfico, qual é o problema? Por que é que nós não discutimos uma História da Geografia, mas uma História do Pensamento Geográfico? Porque discutir uma História do Pensamento Geográfico permitiria que o pensamento geográfico fizesse uma coisa alargada do ponto de vista temporal. Eu podia discutir o pensamento geográfico dos gregos, dos malês, dos árabes, de diversas nacionalidades árabes. Ou seja, eu podia discutir o pensamento geográfico numa linha do tempo longa em outras sociedades que não a sociedade capitalista. Sociedades que não eram sociedades que estavam subsumidas à sociabilidade do valor, da forma mercadoria. Então, primeiro, essa extensão era de natureza temporal.

Uma segunda coisa, essa História do Pensamento Geográfico, que era problemática (na época era um avanço, mas era um problema), qual era? Era o fato de você ter uma condição sociológica: cada sociedade podia ter essa história do pensamento geográfico. Então existe uma história das formas, dos modos de pensar o espaço dos Yanomamis, dos Kariri-canindé...Você pode fazer esse movimento que tinha um viés muito mais sociológico, antropológico, do que necessariamente historiográfico. Embora você pudesse fazer uma história do pensamento geográfico de todas essas sociedades em diversos momentos históricos. Essa é a segunda coisa.

Terceiro problema da História do Pensamento Geográfico. É que era, na realidade, uma História das Ideias. Eu poderia fazer todo o curso só discutindo a partir de uma perspectiva sofisticadamente epistêmica, dentro de uma lógica internalista da ciência...então, eu vou estudar a História das Ideias.

Quarto problema: era uma História de natureza muito institucionalizada. Tão institucionalizada que ela permitia, por exemplo, enfeixar essa História em Geografia Alemã, a Geografia Francesa. Ou seja, você nacionalizava o Pensamento Geográfico. Parece que até isso nem tinha objeto de circulação, não transitava – parece que os anarquistas não haviam conversado com geógrafos que necessariamente nem eram alemães, ainda eram prussianos e depois se tornaram alemães. Quer dizer, você tinha uma circulação desse pensamento geográfico que era mais ampla. Mais tempos depois, estudando um pouco de História da Ciência e de Sociologia do Conhecimento, eu me dei conta de uma outra coisa. Que o fato de nós, no Brasil, trabalharmos com História do Pensamento Geográfico tinha a ver com o fato de que, de alguma maneira, para cabermos nessa história, que podia ser contada também a partir do Brasil, nós tínhamos que dizer que havia um berço e uma data acompanhada de uma espécie de certidão nascimento e, que era a década de [19]30 no Brasil. A partir de onde eu poderia, talvez, contar uma história da Geografia. Mas antes tinha uma história do pensamento que eu podia contar. Então era como se eu tivesse uma espécie de licença para contar a história anterior ao nascimento da criança Geografia Institucional nos anos [19]30 no Brasil.

E, evidentemente, eu cheguei a isso lendo historiadores da Ciência, nomeadamente mexicanos, [Juan] José Saldaña e Antonio Lafuente, que fundaram uma revista chamada Quipu [*Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología*], muito importante, para falar que, antes dessa Ciência que se tornou a Ciência Mundo, havia outras formas de fazer Ciência pelo mundo. E, portanto, eu comecei a pensar bom, então eu posso considerar o que se fez no século XIX no Brasil como ciência? Se eu posso considerar o que se fez no final do século XVIII no Brasil como ciência? ou eu só posso considerar o que é feito como ciência depois que os franceses chegaram à USP, chegaram na época à Universidade do Distrito Federal, que é hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro?". E aí, eu passei a pensar assim, bom, é importante a gente acabar com aquilo que, exatamente esses dois autores mexicanos, nomeadamente António Lafuente, chamam de uma *interdição historiográfica*. Então, é como se nós não pudéssemos contar a história da geografia no Brasil, na Colômbia, no México, na Austrália, antes dos colonizadores acadêmicos chegarem, antes da missão francesa se instalar. Então, nós só poderíamos falar de uma história do pensamento, aonde caberia tudo, percebe? Nessas, eu diria, linhagens aí que eu falei para vocês, de uma história das ideias, de uma história na periferia também, de uma história que na realidade albergasse uma longa temporalidade histórica e que albergasse também diversas outras sociedades. Isso porque eu estava falando sobre uma história das ideias. Então, era uma história das ideias, cabia tudo.

A mudança de chave se dá quando eu digo, não, não se trata mais de fazer uma história do pensamento geográfico, se trata de fazer uma história da geografia". Aí entra a segunda questão. Quando eu penso em história da geografia, eu não estou pensando em uma história da geografia que separe as ideias das práticas sociais. Então, a grosso modo (eu nunca formulei isso

por escrito), há uma condição prática entre aquilo que é esse ser social e a sua condição de existência, do ponto de vista dessa condição disciplinar com a qual se trabalha. Depois, essa condição disciplinar está vinculada ao surgimento de uma sociabilidade, que é a sociabilidade do Capital. Ela não está vinculada a outra.

Então, quando é que a geografia se institui do ponto de vista dessa condição de ciência a serviço do Capital? Quando o capitalismo se constitui como um sistema. Não necessariamente só com a sua universalização plena, mas no próprio processo de constituição do Capital, a geografia como disciplina também vai se constituindo. Mas, mais do que isso, a geografia como disciplina, que se constitui por dentro da lógica de constituição do Capital, ela própria é fundamental à constituição do próprio capitalismo, no seu processo de universalização. Por quê? Porque ela foi uma espécie de ciência de base para que você constituísse grandes inventários minerais, grandes inventários faunísticos, grandes inventários botânicos, grandes inventários dos repositórios, do ponto de vista de uma cartografia que localizava tudo isso, das gentes todas, dos saberes. A geografia teve um papel, digamos assim, de dar lastro ao processo de expropriação posterior.

Então, a geografia foi uma das disciplinas científicas que foi se constituindo com a própria razia do Capital, com o processo de exploração, com o processo de genocídio, com o processo de violência. A geografia, de certa forma, vai se constituindo como ciência, como um saber de ação, um saber que, na realidade, conforma conhecimento e prática, no próprio processo de acumulação primitiva do Capital. Há uma geografia da acumulação originária na Europa e no resto do mundo. E a gente abriu mão de discutir que geografia da acumulação originária é essa.

Por isso que não é mais uma história do pensamento geográfico, é uma história da geografia. E não se trata, portanto, mais de uma história das ideias, mas uma história dessa relação entre essa condição de existência que leva efetivamente a processos que são processos materiais, que se desdobram também como ideologia, se desdobram também como forma de vir a conhecer. Então, significava quebrar esse reino encantado da bela geografia que, de alguma forma, ainda hoje vem de manuais de viagem, de lugares lindos, maravilhosos. É uma geografia que dizia, olha, ou a gente realiza um processo de transformação dessa sociedade do capital e se apropria de uma geografia que possa ser outra...” ou pensar a geografia a partir dessa perspectiva exige, portanto, a outra formulação que, digamos assim, tira a geografia da sua condição de disciplina do Olimpo, torna plebeia essa deusa. E torna uma plebeia que reconhece o seu lugar de luta.

Portanto, voltando, que foi a primeira pergunta, está muito mais próximo de uma geografia crítica pensar a história da geografia, não a história do pensamento geográfico, e pensar uma história da geografia como parte do próprio processo de constituição da sociedade capitalista. Então, tem também um recorte historiográfico. Eu não estou falando do século XV, eu não estou falando do século XII. Eu estou falando talvez aí a partir do XVI... do longo século XVI.

Eu estou falando de como a geografia foi fundamental ao capitalismo. Foi e continua a ser do ponto de vista de todas essas formas de fazer e de produzir o/no espaço, como de todas as formas também de reproduzir do ponto de vista do pensamento, que esse espaço era e como ele era efetivamente pensado.

Então, o que eu propus na minha tese livre docência, de que é impossível contar uma história da geografia fora da geografia histórica do capitalismo, é que, de alguma forma, o meu mestre, grande orientador, uma pessoa fantástica do ponto de vista intelectual, uma biblioteca viva, como era o professor Antônio Carlos Robert Moraes, ele, de alguma forma, fez um movimento que foi de tratar da geografia separando as duas dimensões. Por isso que ele, de certa maneira, escreve de um lado sobre ideologias geográficas e do outro escreve sobre uma geografia histórica do capitalismo. Eu disse, não, o Tonico fez um movimento muito interessante. Eu quero juntar essas duas coisas. Eu quero entender que há, na realidade, um permanente processo de realização dessas ideologias geográficas, só que elas não são dissociadas dessa perspectiva da geografia histórica do capitalismo". Então, como se eu tivesse percebido uma divisão que não cabe, só que dando a ela um acento que talvez seja muito importante. Qual é o acento? É o de entender que nós estamos mergulhados numa crise, que é uma crise que é inerente ao Capital, é da sua própria natureza, e que agora, no tempo em que nós vivemos, ela se agudiza por ter um caráter estrutural e sistêmico. Então, há o que está pensando a história da geografia e não a história do pensamento geográfico, mas eu penso que fazer história da geografia é se comprometer com o presente, nesse sentido, quer dizer, nos comprometer com as coisas do presente.

É por isso que as orientações que, de alguma forma, eu tenho realizado nos últimos tempos, elas trabalham com a história da geografia para compreender, por exemplo, o processo de financeirização do clima. Claro, os geniais são os pesquisadores que fazem isso, como o Fernando Molnar, mas também outros trabalhos que têm, por exemplo, como é o trabalho do Igor mesmo, caminhado para fazer uma leitura de uma crítica à economia política da fome. Não é uma coisa situada num dado momento como crise da natureza ou, na realidade, como uma crise de apropriação da crise da natureza. Faz parte de uma crise do próprio Capital, que num dado momento, para resolver a crise, tem que resolver a crise como um processo de acumulação extraordinária. E toda acumulação extraordinária a gente sabe muito bem, representa também o processo de exclusão extraordinária.

Então, de alguma forma, a linha de elaboração tem a ver com aquilo que talvez esteja explicitado como um convite teórico num texto curto que eu escrevi (depois de ter passado a noite meio que em claro... eu já vinha com um texto na cabeça há um tempo... os textos primeiro nascem na cabeça e depois aqueles às vésperas das mesas redondas ou, sei lá, de ter que mandar o artigo final, ou coisa que o valha, que eles nascem). Mas é o Afinidades eletivas ou

uma história da geografia sem classe"[2], que é para dizer que a gente tem que se posicionar diante do mundo que a gente tem. E, por intermédio dessa história da geografia, dizer que mundo é esse.

Então foi nessa perspectiva que a tese livre docência caminhou. Ela é uma disciplina que eu ofereço aqui na Universidade de São Paulo, no curso de pós-graduação. Eu sempre me repito para dizer coisas que eu penso que são óbvias, porque a bibliografia praticamente é...todo mundo deve dizer assim poxa, o Manoel só leu Mike Davis dos Holocaustos Coloniais". Mas todo mundo cita o Mike Davis hoje, talvez porque ao se encontrar com o Mike Davis não tem outro jeito de entender alguns processos não sendo por aí. E aí a felicidade é um pouco essa de que não dá para abrir mão do Marx para entender a geografia do mundo. Nem entender uma história da geografia sem entender que ela é uma geografia que foi fundamental, que é fundamental e que continuará a ser fundamental à realização de uma sociedade da barbárie como a que a gente possui.

Então, contra uma geografia da barbárie é preciso que nós a contrapelo façamos uma história da geografia: não, olha, a geografia em determinado momento esteve a serviço dessa lógica". E eu digo isso porque hoje, por exemplo, há uma série de geógrafos e geógrafas que não tem nenhum problema em trabalhar, não tem nenhuma crise de consciência em trabalhar para as Big Techs; em trabalhar para o agronegócio; em trabalhar para o empresariamento da educação, todos os tipos que se possa imaginar, inclusive introduzindo ideologias estadunidenses que a gente já sabe que deram completamente erradas, que assinam as BNCC s [Base Nacional Comum Curricular] ou implementam as BNCC s. Continuam a haver, por exemplo, comprometimentos dessa geografia, digamos assim, com processos largos de destruição da natureza e dos povos, processos de expropriação territorial.

Então, de certa forma, quando você diz assim, vou fazer uma história da geografia, da geografia histórica do capitalismo", não é uma opção de natureza epistemológica em *stricto sensu*. Nem é uma opção meramente, digamos assim, de caráter tautológico. Então é como se a gente estivesse quase fazendo uma crítica à economia política dessa geografia, em que a gente está dizendo, olha, a geografia pode muito. O que ela tem feito, na realidade, é andar de mãos dadas com os interesses do capital. Essa geografia a gente não quer fazer, quer fazer uma outra". E isso exige um esforço teórico... de ir nos documentos, de evidentemente contrarrestar os dados. E até de ser, digamos assim, olhados com um certo olhar de esguelha por alguns colegas que não tem nenhum problema em trabalhar para as grandes corporações, sejam lá elas quais forem. Mas, como não é o meu caso, eu, inclusive, quando entrei para a geografia, meu pai queria que eu mudasse para a geologia (meu pai era engenheiro, ele achava que eu ia, digamos

[2] SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 25, n. 2, e-173953, maio/ago. 2021.

assim, viver uma vida de muita penúria com essa geografia). Como eu também não quero ser um cara rico, ter muito dinheiro, coisa que o valha... eu fico muito feliz com coisas mais prosaicas. E a minha grande fortuna são os meus amigos e amigas. Então por mim está de bom tamanho; eu não enriquei até hoje, e também não vou *enricar*. A USP não paga tão bem assim quanto alguns imaginam... não paga, digamos, evidentemente, mal se você comparar com a massa dos trabalhadores, evidentemente, é preciso diferenciar. Mas, assim, não tenho nenhuma pretensão de *enricar*. Então, não estou oferecendo ainda os meus préstimos nem as Big Techs, nem as grandes corporações, nem aos colegas que estão aí, eu diria, ajudando a expropriar os trabalhadores do campo e da cidade.

---

3. [Thell Rodrigues]: No nosso roteiro, a terceira pergunta é para articular a história da geografia junto com o marxismo na segunda metade do século XX, para mostrar que não é uma discussão só do plano teórico, porque você já tratou e se posicionou, mostrando que o que dá lastro para a geografia, essa geografia marxista em comparação aos outros campos, é essa relação com os movimentos sociais. Mas a geografia tem uma questão peculiar também, que foi o papel das entidades. Você já analisou uma que foi o papel da Executiva Nacional, que vai desembocar na CONEEG, mas na geografia também a gente teve a AGB e a ANPEGE nessa discussão do que foi o marxismo no século XX, ou ainda que seja uma expressão dessa crise. Aproveitando esse gancho da história da geografia na história da geografia histórica do capitalismo, o que foi essa história relação entre geografia e marxismo num plano institucional e num plano do que estava acontecendo no capitalismo? Para além da ditadura, que é a narrativa comum.

[Manoel Fernandes]: Vou falar de dois personagens que fizeram movimentos muito interessantes. Quase da mesma época, são dois livros, que é "O que é Geografia"[3] do Ruy [Moreira], que sai no começo dos anos [19]80, e Geografia: Pequena História Crítica"[4] do Antônio Carlos Robert Moraes. Só que há outros dois livros que, de certa forma, estão vinculados a esses. Um livro do Ruy também, que é "Para Desvendar Máscaras Sociais"[5], que, de alguma maneira, é uma extensão do O que é Geografia" (que tinha, na realidade, o formato, que era daquela coleção Primeiros Passos" da Brasiliense). E tem um outro livro que é assinado pelo professor Antônio Carlos Robert Moraes e pelo professor Wanderley Messias da Costa, mas que, na realidade, ele praticamente é todo autoralmente do professor Antônio Carlos

[3] MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
[4] MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1983.
[5] MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. In: SANTOS, Milton (Org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 66-73.

Robert Moraes (e que deveria fazer parte de uma grande coleção. Aquele era só o primeiro livro de uma série, que é anunciado) que é "A Valorização do Espaço"[6]. De posse desses livros e dessa obra teórica, aqueles jovens que tinham entre vinte e poucos anos, não tinham completado seus trinta anos ainda, eles foram militantes que viajaram o Brasil inteiro de ônibus, aonde houvesse possibilidade de disputar, e às vezes eram aulas ou eram reuniões, algumas clandestinas, entendeu? Os estudantes reuniam esse pessoal entre o que foi o fim da ditadura... e havia uma militância geográfica de natureza teórica, e era esse grupo de estudantes que estava disputando a AGB.

Veja, aquela AGB de caráter francês, aquela AGB mais acadêmica, aquela AGB do prestígio da transmissão entre pares, ela foi sacudida pelos estudantes, se a gente pode falar de uma espécie de queda da bastilha teórica, queda da bastilha institucional, isso foi em Fortaleza. Não lembro agora exatamente se foi em julho, geralmente os eventos da AGB são em julho, mas nós temos o nosso 14 de julho também, do ponto de vista de uma perspectiva política.

Agora, no último encontro, esse que aconteceu em Portugal, em que eu estava, um filósofo apresentou uma coisa muito interessante sobre uma certa arquitetura vanguardista do leste europeu, nomeadamente dos arquitetos iugoslavos, uma coisa muito interessante. E eu fiz só uma pergunta para ele, quando é que a vanguarda se torna reacionária?" Então, alguns que fizeram parte do que foi [19]78, começaram a matar [19]78. Ou seja, alguns que eram, eu diria, próceres, que eram na realidade defensores, que eram lutadores de uma perspectiva marxista na geografia, depois de um tempo acomodados à institucionalidade, estudantes que se tornaram professores universitários, passados, portanto, a ocupar os lugares da nobiliarquia acadêmica, começaram a se distanciar do que era efetivamente essa perspectiva de viés mais marxista, até porque ela era, de certa maneira, desnecessária.

Segunda coisa, a AGB, durante um tempo, foi uma espécie de antessala para o ingresso nas universidades. A AGB era aquele lugar que era frequentado por muitos que depois se tornariam professores, como sendo essa antessala que permitiria, portanto, uma espécie de filtragem para os que poderiam entrar na universidade como professores. Ou seja, não era uma agência de emprego, mas durante muito tempo funcionou como uma coisa mais ou menos similar. Só que muitas vezes, na história da geografia, ninguém conta essa história. Essa história fica subsumida. Até um determinado momento em que a AGB, que era esse *lócus* que representava a única sociedade de geografia, de fato, com essa legitimidade em termos de comunidade, com a ampliação da pós-graduação, essa legitimidade, de certa forma, se fragmentou. A fundação e a criação da ANPEGE [Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia], na realidade, foi feita para falar de duas geografias: uma geografia do *Crème de la*

[6] MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

Crème, uma geografia da pós-graduação, uma geografia internacionalizada, uma geografia que discutia e pensava em outras línguas; e uma geografia que era aquela mais vinculada aos professores, da rede, que era mais vinculada, digamos assim, à vida comum, à... como eu diria... à massa em geral, a classe operária da geografia. E a ANPEGE, ela foi criada, de certa forma, na perspectiva exatamente de estabelecer essa diferenciação e mirar um pouco na pós-graduação, como forma de esvaziar a AGB em boa dose. Esvaziar não qualquer AGB, mas aquela AGB fundada em 1978.

Quer dizer, se a AGB tivesse permanecido como ela era até 1978, talvez a ANPEGE não tivesse aparecido. Talvez tivesse nascido dentro da AGB numa comissão de pós-graduação. Resumo da ópera: então, a ANPEGE, quando ela surge, ela surge para dizer a AGB não tem qualificação acadêmica, ela não é mais a antessala por onde nós passamos quando nos tornarmos professores universitários, nós já somos! Agora já somos até professores de pós-graduação em vários lugares do Brasil!", ou seja, nós já temos nossos baronatos, nossos títulos imperiais. Então a gente pode agora viver uma vida de pós-graduação vinculado a editais, a uma nova lógica de produção científica e tal, em que no fundo nós vamos agora pensar a partir dos editais, vamos pensar a partir do que esse universo propõe". Claro, sempre tem temas que são temas assim, de alguma forma podem estar vinculados a questões como as ODS [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável], né? Acredite nas ODS quem porventura quiser acreditar. Ou seja, dá para remendar o capital, dá para remendar a crise, vamos mitigar as coisas... Agora é obrigatório que nos processos de pós-graduação você fale nas ODS. Ou seja, se você não realizar a carreira da ODS, você não será convidado a entrar no prestigioso reino dos céus.

Bom, por que eu estou levantando isso? Porque a ANPEGE era esse lugar, que tinha essa característica. Portanto, era o lugar de uma nova elite intelectual da geografia, que olhava para a AGB como se ela tivesse se tornado uma dessas feiras quaisquer de domingo que se reúne em qualquer lugar do Brasil... e que reunia essa intelectualidade" (na cabeça deles, claro, bem *aspeadamente*), para eles essa intelectualidade" que no máximo tinha conseguido se tornar um professor da escola pública, que não tinha produção intelectual, eram só professores. Isso vem na esteira de uma série de questões, inclusive de uma ideologia que é como se, por acaso, a vida dos professores universitários não tivesse diretamente vinculada à vida de todo o processo de realização da geografia que se faz na escola e fora da escola. Tanto é que agora, provavelmente com a BNCC e o novo vetusto Ensino Médio, vários cursos superiores de geografia no Brasil vão começar a fechar, porque não vai ser mais necessário formar professoras e professores de geografia. Mas como não se veem como trabalhadores os colegas que são da universidade e boa parte daqueles que fundaram a ANPEGE, então, para eles não faz muita diferença. O problema é que, como são trabalhadores, pode ser que muitos postos de trabalho, com ataque às universidades públicas, com ataques às humanidades, deixem de existir.

E, para mim, há um ponto, eu diria, muito interessante nessa história, do que é a ANPEGE, porque, mais uma vez, antinomicamente, eu me tornei presidente da ANPEGE num dado momento, e que a ANPEGE se aproximou demais da AGB, porque a ideia é exatamente que nós víssemos a AGB como um coirmã, como uma instituição, como uma entidade de caráter fundamental, como aquela entidade mais antiga, aquela mais vinculada aos movimentos sociais dos trabalhadores, e aquela que, efetivamente, sempre teve um projeto político de sociedade no Brasil. Deixou de ter durante alguns momentos históricos, mas ela sempre teve um projeto. Sempre teve. Se você pegar, por exemplo, o primeiro plano de reforma agrária, a AGB está lá, discutindo. Se você pensa o que é o debate sobre profissionalização, está lá a AGB. Se você pensa, por exemplo, o debate sobre a questão ambiental no Brasil, a AGB está em diversos momentos, tem quadros intelectuais formados para isso, é uma entidade que formou para essa finalidade. A questão, por exemplo, da BNCC, das APCN s [Avaliação de Propostas de Cursos Novos] e tal, sempre teve, digamos assim, eu diria, a AGB sempre foi esse lugar que organiza a luta coletiva. Não só de geógrafos e geógrafas. Organiza a luta coletiva do que é importante para a sociedade brasileira. E não só para a sociedade brasileira, mas, evidentemente, tem um caráter mesmo antifascista, anti-academicista, no sentido de pensar a academia como esse lugar em que eu produzo belas ideias e elas não servem para nada". Quer dizer, elas quase sempre servem, servem para dominação e para justificar a expropriação dos outros.

Mas, a ANPEGE começou a se aproximar. A ANPEGE em 2015 não conseguiu formar chapa em Presidente Prudente; a ANPEGE de 2017, foi a que eu participei, só tinha uma chapa; a de 2019, aqui em São Paulo, só teve uma chapa. Aí, de repente, na de 2021, aparecem duas chapas. Patrocinadas por quem? Por quem foi patrocinada a segunda chapa? Por uma chapa que dizia, olha só a antinomia, dizia que a ANPEGE estava se tornando uma AGB. Que nós caminhávamos para transformar a ANPEGE na AGB. Ou seja, o que deveria ser lido como coisa boa era dito por esses colegas, por essas colegas, como algo terrível: A ANPEGE vai se *agbeizar*". Ó, que tragédia que seria para essa nova nobiliarquia acadêmica anti-marxista, agora completamente envolta, eu diria, em outras perspectivas mais lucrativas.

[Thell Rodrigues]: Mas mesmo a AGB tendo esse caráter de luta coletiva, você acha que ela foi afastando do marxismo?

[Manoel Fernandes]: Essa AGB teve um momento e isso precisa ser estudado, não foi estudado ainda como deveria. Em Cuiabá, em 1986, houve um momento de tensão. E a chapa que ganhou naquele momento era uma chapa que não queria [19]78. A presidência daquela AGB eleita, o grupo que estava ali à frente, boa parte deles de Fortaleza, na realidade era um pouco aquilo que aconteceu na França. Ou seja, depois da revolução, a realeza volta novamente ao poder. Só que numa outra toada, numa perspectiva um pouco mais, eu diria, de fazer esse movimento ainda, dizendo não, nós dialogamos com os movimentos sociais, do campo e da cidade, nós temos ainda..." Mas, no fundo, tentando, de certa forma, afastar a AGB das lutas

mais radicais. E isso foi feito. A AGB, foi sendo esvaziada dessa tessitura mais social de intervenção a partir de 1986. Por isso, também, que um setor que tinha abandonado em [19]78, começa a retornar em [19]92. Já sob essa gestão de dizer, a gente não pode mais fazer como era até [19]78, mas a gente vai recompor um pouco essa relação da AGB". E veja, quando é que nasce a ANPEGE? em [19]93! Então, há uma resposta de esvaziamento da AGB por dentro da AGB e há uma resposta de esvaziamento da AGB a partir da fundação da ANPEGE. O problema é que essa geografia que é feita no Brasil, ela tem muito envolvimento com as lutas dos movimentos sociais de esquerda, dos trabalhadores e das trabalhadoras. E isso vai contaminando também essas entidades. De repente, os escravizados estão na sala de jantar. E aí a nobiliarquia começa a se assustar um pouco (e eu acho isso uma coisa linda!). E vão perdendo um pouco também aquele *status* de, eu diria, os grandes do ponto de vista institucional.

Então, talvez, a história da geografia em termos institucionais com relação à AGB, à ANPEGE, ao movimento dos estudantes e das estudantes possa ser contada por outro viés como golpes que são dados por dentro pela nobiliarquia acadêmica geográfica brasileira e o 14 de julho que está sendo sempre a espreita de tomar a Bastilha, percebe? E por que isso? Porque há uma questão de natureza social. Hoje, talvez, menos. Mas os estudantes mais pobres da universidade pública no Brasil iam para dois cursos, História e Geografia. É a nossa origem social, coletiva, que cria esse 14 de julho à espreita, que cria essa possibilidade de tomar de assalto, de fazer a crítica, de dizer isso nós não aceitamos". Parece que está tudo bem, aí o movimento negro se organiza e diz pera aí, pera aí, esse negócio está errado, não vamos aceitar essa branquitude esclarecida que manda nesse negócio há não sei quanto tempo". E isso é genial na geografia. Então, tem um movimento que conforma a geografia, que tem a ver com a própria condição de classe das e dos estudantes da geografia. Evidentemente, algumas instituições tentaram elitizar. A UFC mesmo é um exemplo disso. A UFC, até hoje, e foi um dos motivos pelos quais eu saí da Universidade Federal do Ceará, não tem curso noturno. Nega a possibilidade dos trabalhadores acessarem a universidade à noite. Um curso que forma professores. Há outros casos, mas eu conheço bem a Universidade Federal do Ceará onde eu fui professor.

4. [Igor Alencar]: Dando sequência à quarta parte e trazendo para o século XXI, de certa maneira o que todas essas disputas em torno dessa relação de geografia e marxismo nas instituições e fora delas vem produzindo nessa virada de século. A gente observa uma proliferação de correntes pós-estruturalistas e decoloniais; no Brasil, dentro da geografia, há uma consolidação de uma corrente bastante forte ligada à obra do professor Milton Santos e seus desdobramentos. E que nesse processo, tanto a

geografia decolonial quanto a chamada geografia miltoniana são interpretadas de maneira diferente em relação ao marxismo. Para alguns, essas perspectivas mantêm e dão continuidade a uma relação da geografia com o marxismo, ainda que de outras formas. E para outros, elas representam justamente um afastamento ou uma ruptura dessa relação com o marxismo. E a gente queria saber como você interpreta essas transformações teóricas na geografia no século XXI e, nesse novo cenário, onde você entende qual o lugar de Marx e do marxismo na geografia que se produz atualmente.

[Manoel Fernandes]: A introdução do marxismo no Brasil, na geografia, deve muito ao professor Milton Santos. O livro Por uma Geografia Nova"[7] já no seu título anuncia uma guerra contra a *New Geography*. Então, ao invés de uma nova geografia, por uma geografia nova. Evidentemente essa perspectiva do Milton está muito vinculada a uma forte influência recebida pelo Milton de geógrafos franceses com os quais ele teve um contato muito próximo e foram fundamentais à sua formação que eram do Partido Comunista Francês. Pierre George foi do Partido Comunista Francês, Jean Tricart, salvo engano, foi do Partido Comunista Francês. Durante muito tempo um colega francês que dirigia o CAPES-COFECUB tinha vinculação com o Partido Comunista e com grupos de esquerda. Um colega que escreveu trabalhos sobre redes e sistemas. Eu vou lembrar o nome dele, mas tinha um papel muito importante[8]. Esses colegas, portanto, tiveram uma forte influência sobre o Milton.

O Milton volta em 1978 ao Brasil e acontece um fato. Um jovem e geógrafo marxista resenha o livro, faz uma resenha muito boa. Esse geógrafo chama Ruy Moreira. E o Milton faz então uma reunião aqui em São Paulo e reúne um grupo de jovens marxistas, na perspectiva de que ele, o Milton, seja a figura que vai dirigir... Só que como a gente brinca, eu aprendi isso com um amigo aqui da USP, o Rinaldo, nós temos 50 tons de Marx na geografia no Brasil. Você tem marxismo de todo jeito: você tem aqueles que são ligados ao grupo Exit!; os lukacsianos, aqueles que eram lukacsianos e agora estão mais próximos ao grupo de [István] Mészáros (embora venha de uma mesma tradição); você tem alguns que já pensam à la Althusser; você tem geógrafos que pensam muito mais a partir da obra do [Henri] Lefebvre (dentro de uma tradição lefebvriana você tem aqueles que derivaram muito mais para pensar a partir de figuras importantes como Guy Debord). Então assim, você tem aí uma gama de geografias... Você tem os geógrafos, que consideram os geógrafos mais stalinistas, como é o

[7] SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

[8] Faz-se aqui referência ao geógrafo francês Michel Rochefort que teve um papel de grande relevo na cooperação científica franco-brasileira. O CAPES-COFECUB (Comité Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil) é um programa interuniversitário internacional criado em 1978. Coordenado conjuntamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Brasil, e pelo COFECUB, em França, o programa promoveu a mobilidade de doutorandos, docentes e investigadores por meio do financiamento de projetos conjuntos de investigação entre universidades de ambos os países.

caso, por exemplo, do grupo de Santa Catarina, que era capitaneado pelo Armen Mamigonian, que acha que a China talvez seja o melhor exemplo que a gente tem de possibilidade para a humanidade; e você tem também geógrafos gramscianos; o professor Antônio Carlos Robert Moraes, por exemplo, foi muito tempo do PCB e era um geógrafo que bebia muito no Lênin para explicitar algumas de suas teorias. E tem geógrafos que são do campo da geografia agrária, que são luxemburguistas, que trabalhavam muito na perspectiva da Rosa Luxemburgo, era o caso do professor Ariovaldo Umbelino, que deu grandes contribuições. Então, assim, você tem aí colegas que trabalharam com geógrafos marxistas, como foi o caso do Massimo Quaini (quem aqui no departamento fez doutorado com ele a professora Valéria de Marco). Há pessoas inclusive que fazem um diálogo entre marxismo e anarquismo. Então, você tem aí uma quantidade de marxismos, como se diria, marxismos para todos os gostos. O que eu acho uma riqueza.

Mas, o que que acontece? Na sociedade que a gente vive hoje, de ponto de vista acadêmico, ser marxista não é lá algo muito interessante para essa nobiliarquia acadêmica que vive de editais e que, na realidade, vive promovendo negócios dentro e fora da academia. Marx ficou meio *demodê*. Primeiro porque ele é europeu. Depois porque, embora ele seja um homem do século XIX, portanto toda obra é datada, ele é lido, às vezes, em uma forma de ser um homem, como se ele fosse alguém que estivesse falando ontem, mas ele está no século XIX. Depois dizem que, talvez porque nunca leram o livro Marx nas margens"[9], Marx nunca falou de questões raciais, de questões de gênero. E depois não compreendem que, na realidade, o fundamental em Marx é o método e não necessariamente o que ele escreveu em um determinado momento completamente situado no seu tempo. Ele jamais poderia falar de determinadas operações financeiras que nós temos hoje sem ter vivido os tempos que nós vivemos hoje. Embora ele tivesse prenunciado bolhas, tivesse prenunciado o que é, na realidade, muitas vezes, processos de valorização que não têm, efetivamente, uma base real, mas ele não tinha a menor condição de antever o que é, na realidade, um processo de valorização que os administradores da tragédia fariam.

É um pouco nessa perspectiva que eu queria dizer que o Marx para a geografia tem um caráter fundamental, não só porque, no fundo, é importante para a geografia, mas porque ele é importante como um projeto de humanidade, para pensar a humanidade, e do ponto de vista da questão do método, não do ponto de vista daquilo que ele escreveu na época dele. Esse é o primeiro aspecto que eu queria levantar.

Agora, a segunda coisa para responder é por que Marx foi abandonado por muitos geógrafos e geógrafas do Brasil? Porque muitos não leram Marx. Eu vou lembrar de uma expressão do

[9] ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. Tradução de Allan M. Hillani. São Paulo: Boitempo, 2019.

professor Manuel Correia de Andrade que disse que o marxismo no Brasil, na geografia, foi muito mais *axilar* que real, porque colocava lá *O Capital* debaixo do braço, às vezes ele estava meio amarelado, como se houvesse sido lido, mas no fundo era só sudorese. Eu não falo daquela sudorese que você tem que suar para aprender, era só uma sudorese para dizer que você andava com o livro, porque ele representava a possibilidade de você entrar na Bastilha, de você dizer eu fui do 18 de Brumário", eu participei dessa luta política". É como se fosse um bom trabalho, um bando de cristãos novos que logo, logo, digamos assim, abandonaram essa fé em Marx. Então, a primeira coisa é essa. Foi muito fácil para eles abandonar o marxismo. Com esses não tem nem o que a gente conversar, porque eles nunca foram marxistas mesmo – a não ser para lucrarem com isso, de alguma forma; a não ser para se oportunizarem de algumas coisas num dado momento em que a geografia crítica estava na crista da onda. Mas logo que a geografia crítica passou a ser objeto de crítica, eles também disseram por que é que eu vou continuar defendendo uma coisa que eu não conheço? na qual nunca acreditei? E se é mais lucrativo, digamos assim, implementar as políticas do Banco Mundial? Então, vamos implementar as políticas do Banco Mundial!". Então, eu acho que é isso. Esses que criticam que Marx era moderno passaram a ser pós-modernos assim, rapidamente. Então, para os primeiros, eu não tenho muito o que falar.

Mas há aqueles que talvez sejam um pouco mais honestos. E que, tendo lido Marx, vou falar de uma figura honestíssima, que se chama Armando Corrêa da Silva. O Armando Corrêa da Silva foi secretário-geral do PCB de São Paulo. O Armando foi um marxista com a formação, inclusive, não somente sociológica, ele era sociólogo também, mas com uma formação filosófica difícil de encontrar no restante da comunidade, mesmo nos dias de hoje. Mas, o Armando Corrêa se tornou, no final da vida, um pós-moderno. Ele foi, talvez, o maior divulgador aqui do Éric Dardel, que trabalhava com perspectiva fenomenológica e formou muita gente numa perspectiva pós-moderna. Mas, veja, uma coisa é um Armando Corrêa da Silva que, num dado momento, diz olha o marxismo não dá conta de responder as questões que, para mim, são hoje fundamentais, do ponto de vista do tempo que a gente vive e eu estou indo para uma outra brincadeira. Não é mais Marx".

Outra figura também que dialogava com o marxismo, mas dialogava com a perspectiva do marxismo, que também, de certa forma, foi um pouco superada em função do debate sobre a maneira de pensar a natureza, foi o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves. O Carlos Walter fez o doutorado dele com uma professora muito importante na geografia brasileira, mas com uma pessoa que sempre foi vinculada ao *mainstream* da geografia mundial. A professora Bertha Becker. Inclusive, na defesa de tese de um orientando meu, a primeira defesa de tese aqui, do Eduardo Karol, que é professor da UERJ (hoje já aposentado), ele defendia na tese, que a Bertha Becker tinha sido uma geógrafa do Estado. E era engraçado, porque na banca estava o Ruy [Moreira], e o Ruy tentou colocar panos quentes, não, talvez não seja bem assim,

e tal, essa coisa toda". E aí você sabe que eu, como orientador, fui o último a falar, e disse, "é Ruy, você talvez tenha razão. A Bertha Becker talvez não seja exatamente uma geógrafa do Estado, ela é uma geógrafa do Capital". Porque muitos projetos do Estado, que tiveram desdobramentos terríveis para muitas comunidades indígenas e demais, foram projetos implementados a partir, eu diria, de uma leitura do território brasileiro e da geopolítica do Brasil, feita pela Bertha Becker. Que, de certa maneira, tinha um diálogo muito próximo com os militares. E mais, com os militares que estiveram à frente da ditadura. Então, embora a Bertha na realidade tenha sido um quadro para o Estado brasileiro, ela foi pro Estado na perspectiva do Estado ter um viés desenvolvimentista.

Então, veja bem, Carlos Walter fez o doutorado na UFRJ, o Carlos Walter, de certa forma, que tinha certa formação marxista, tinha uma ligação muito grande com os movimentos indígenas, com o Chico Mendes, com os impactos na Amazônia (isso o Carlos Walter sempre teve esse envolvimento com os movimentos sociais e com indígenas, com quilombolas, ele sempre teve essa aproximação, essa leitura). É um intelectual de grande aguarda, mas num dado momento, o que acontece? Boa parte dos movimentos indígenas começam a reivindicar um pouco aquilo que está sendo reivindicado por movimentos sociais indígenas e outros movimentos sociais de América Latina, muitos na América do Sul, como os Aymara e outros tantos. A partir de intelectuais como Aníbal Quijano, que abriu aqui um evento latino-americano, que nós tivemos na USP um EGAL [Encontro de Geografias da América Latina e do Caribe], o EGAL de 2005, ele foi aberto pelo Aníbal Quijano. Depois desse EGAL de 2005, por exemplo, você teve uma série de outros intelectuais passados a ser lidos, inclusive pelo professor Antônio Carlos Robert Moraes, que sempre foi um crítico da decolonialidade, da pós-colonialidade, do Walter Mignolo. O Walter Mignolo chegou a ser convidado aqui por historiadores para dar um curso quando ele ainda morava na Argentina, ele ainda não estava nos Estados Unidos. Então a geografia começou a entrar um pouco nessa gira e tentar dar respostas para uma crise do capital a partir de uma perspectiva dessa condição que era pensar ou a partir da decolonialidade ou da pós-colonialidade.

Mas tem um outro setor que, na realidade, também já não era marxista desde a formação, mas que derivava para uma outra coisa que era pensar a partir dos indivíduos. E aí a partir, por exemplo, de [Gilles] Deleuze, de [Félix] Guattari, da Filosofia da Diferença, e um pouco lá no esteio de um debate pós-moderno também. Em um dado momento o marxismo era hegemônico, porque também vendia, essa é a contradição, também possibilitava que as pessoas circulassem, ingressassem na universidade como professores via AGB, então, tudo bem. Mas no momento em que isso deixou de ser importante, você começou a ter, evidentemente, novas epistemologias de fronteira que passaram a ter enorme relevância e não só na geografia. Isso é uma coisa que atingiu todas as áreas no campo das humanidades. Então, por exemplo, como é que você vai pensar na geografia cultural do Brasil sem pensar o que é o Pensamento de

Subalterno? O que são figuras como Stuart Hall, Edward Said ou Homi Bhabha. Quer dizer, você vai ter aí uma série de intelectuais que vão responder a determinadas questões de forma muito instigante, muito sedutora. E, por outro lado, então, você tinha, às vezes, o marxismo muito cerrado para pensar questões a partir de um viés mais stalinista, e, claro, isso tinha que ser combatido. Você tem o seguimento, por outro lado, de geografias humanísticas, culturais e tal, que, na verdade, tem como discussividade política a inclusão de todo mundo, porque aí você passa a ter epistemes feministas, epistemes negras... E, evidentemente, um setor do marxismo foi incapaz de responder a essas questões que são importantes, de trazê-las para o debate, de pensar essas questões. Como levantou certa feita até, por exemplo, o Renato [Ribeiro], que também é meu orientando, que diz, cara, a questão do debate sobre racismo não é uma questão meramente, eu diria, da luta política em si empírica. Ela tem um viés teórico, há uma teorização importante, inclusive no marxismo negro dos Estados Unidos, já nos anos [19]50, sobre coisas que eu já havia lido e tudo mais. E isso não está... Quer dizer, no Brasil nós não damos conta de fazer esse movimento". Então, também, eu acho que tem um movimento nosso de autocrítica, que a gente, como marxista, precisa fazer. Nós não demos conta de responder a algumas coisas.

No caso do Milton [Santos], o Milton, para mim, foi marxista até o livro Espaço e Método"[10]. E depois derivou para outras possibilidades de natureza teórica. Ainda hoje, há pessoas, colegas, que são gramscianos e que veem muito do Gramsci no Milton, veem muito do Marx no Milton. E ainda fazem uma análise que o Milton teria, portanto, um olhar marxiano. Mas, por exemplo, do ponto de vista mesmo de uma questão do léxico, o Milton trocou algumas coisas que eram no campo do marxismo com... Por exemplo, eu prefiro ainda hoje falar em capital orgânico a falar em densidade técnica; eu prefiro falar ainda em socialismo *versus* barbárie do que falar no período popular da história. Claro, o Milton tirava isso de alguns lugares que muitas vezes os outros não estavam lendo. Não dá para não ler o Milton, é fundamental entender o que ele está propondo. Mas, assim, dizer que o Milton é marxista nomeadamente a partir dos anos [19]90, é uma forçação. No meu entendimento, é uma forçação de barra. Você até pode encontrar o Marx lá, mas dizer que o Milton é marxista é demais.

Voltando ao Milton [Santos], voltando ao Marx, e voltando ao que você levantou, por que o professor Antônio Carlos Robert Moraes resolveu escrever Território em Milton"[11]? Para mostrar que você tem dezenas de concepções de território na obra do Milton, mas de onde é que parte a preocupação do professor Antônio Carlos Robert Moraes? Do fato de que o texto O retorno do território"[12] tinha passado a ser o mais citado do Milton porque a apropriação

[10] SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

[11] MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

[12] SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15-20.

que se fez dele foi uma apropriação pós-moderna. Tem uma complexidade nisso, que é importante entender. E aí eu queria dizer assim, a questão não se trata apenas dos autores ou de um determinado campo. Se trata das apropriações que nós somos capazes de fazer desse campo e desses autores. E a grande questão do Brasil é como é que o Milton está sendo apropriado.

Para mim, há uma preocupação muito grande porque o Milton tentou criar uma teoria, uma ontologia do espaço e muito baseado na filosofia da técnica. Isso tem uma grande importância. Mas qual é a questão? É que o Milton, que era um autor difícil de ler, porque você precisava ir atrás do rastro que ele tinha deixado na sua bibliografia, passou a ser largamente vulgarizado. Então, todo mundo que começou a falar em espaços luminosos, espaços opacos, verticalidades e horizontalidades, em tecnoesfera e psicoesfera", como se fosse a coisa mais fácil do mundo... Isso foi adaptado, por exemplo, às reformas escolares, ou contrarreformas escolares, que aconteceram nos currículos de São Paulo. Então, também tem uma coisa que é você pegar um autor complexo, e, de certa forma, vulgarizá-lo a tal ponto que a força daquilo que ele está tentando propor, do ponto de vista do método, se perde.

E, claro, o Milton vai transitando por uma perspectiva que, num dado momento, dialoga muito mais com uma perspectiva que eu diria fortemente sartreana. Portanto, está muito no campo de uma certa fenomenologia, de um certo existencialismo. Agora, não dá para dizer que, num dado momento da vida, ele também não bebeu, leu e entendeu, portanto, a partir da ótica dele, o marxismo. Inclusive, foi um grande leitor de Lefebvre, porque, se você pega o debate que ele vai fazer sobre estrutura, processo, função e forma, aquilo está em Lefebvre. Mas a pergunta talvez seja um pouco outra. Muita gente que leu Milton nunca leu Lefebvre. Ou, sei lá, leu alguma coisa do Lefebvre, mas não leu o Lefebvre com a mesma seriedade que o Milton leu o Lefebvre.

Eu fiz uma disciplina com o professor do Milton Santos, em 1992, na sala 1 (que hoje foi transformada naquela sala de computadores que hoje só tem uma porta do lado de cá, não tem mais porta do lado de lá). A biografia do Milton, sinceramente, não era da geografia. Olha que coisa interessante. O Milton deu a disciplina em 1992, pro mestrado e doutorado, para vinte pessoas. Quando o Milton chegava na sala, sempre vestido impecavelmente com um terno do melhor corte, as pessoas se levantavam. Eu nunca me levantei. Eu e talvez mais dois colegas. Mas tinha sempre esse reconhecimento ao grande mestre, e ele era um grande mestre, então, não se levantar, não significava que eu não o reconhecia como grande mestre (apenas significava que eu achava que aquilo era um pouco demasiado). Mas a bibliografia do Milton era uma bibliografia que tinha muito mais a ver com a economia, sociologia da técnica, história da técnica. Vou falar aqui de alguns títulos que eu conheci graças à disciplina com o Milton.

Então, Jacques Ellul, A Técnica e o Desafio do Século"[13], que é uma obra que eu recomendo a todo mundo que leia.; O Homem Tecnológico"[14], do Victor Ferkiss. Por exemplo, foi no Homem Tecnológico" que eu descobri uma coisa fantástica, que para mim é maravilhosa, do ponto de vista do marxismo: descobri que em Alexandria, Heron de Alexandria fez uma máquina no século II a.C., uma máquina que se chamava eolípila, que era uma máquina que transformava vapor em energia mecânica. E a pergunta é, por que é que não houve naquele momento a Revolução Industrial se a base técnica estava posta? Porque não é só a técnica que define esse processo de transformação... Benjamin Coriat, A Revolução dos Robôs"[15]; Ernest Mandel, que eu já tinha visto um pouco, mas O Capitalismo Tardio"[16] do Ernest Mandel; Daniel Bell A Sociedade Pós-Industrial"[17]. Então, o Milton está de certa forma, foi trazendo de outras áreas do conhecimento questões que são fundamentais para pensar a geografia. Isso o torna o intelectual de grande lastro que falou a partir da Geografia para todas as áreas do conhecimento.

E aí tem uma outra coisa que eu acho interessante. Para ser marxista, no meu entendimento, é preciso fazer como Marx: ler de tudo. Eu já tive algumas discussões que eu diria assim... "é engraçado, o pessoal mete a lenha no Foucault, mas não lê o Foucault!". O Antônio Carlos Robert Moraes, querido Tonico, ele me contou isso, ele disse, rapaz, eu para escrever sobre Foucault" (ele tem um texto sobre Foucault muito interessante, para fazer uma crítica àquela geografia que começava a trabalhar com Foucault). Ele disse assim, rapaz, eu tirei seis meses de licença só para ler Foucault. Eu queria entender qual era o debate". É isso que torna, por exemplo, ele um leitor de Foucault, que não é um foucaultiano axilar, ele nem foucaultiano era, mas ele foi ler! Então tem esse problema, eu acho que para fazer a crítica a um determinado autor, determinado campo, de certa maneira, a gente precisa... não pode dar de barato. Há coisas no Foucault, as aulas que ele deu, por exemplo, no Collège de France, são geniais. Há coisas lá que a partir de uma leitura crítica, você não precisa se tornar foucaultiano... quer dizer, esse cara foi capaz de olhar isso quando a gente não foi capaz de olhar?" Agora, claro, a perspectiva do Foucault não é, em termos de método, a perspectiva do Marx, de forma nenhuma. Então, muito depende também do modo como a gente se apropria e a gente se prepara para ir em debate com os outros. Eu gosto muito do texto do Robert Kurz, já usei na disciplina de graduação, que é aquele texto em que ele fala que, na realidade, cinza é a árvore da vida e verde é a árvore da teoria, contrarrestando o Goethe. Mas ali ele vai discutir com todo mundo, inclusive com o Foucault, que eu acabei de exemplificar aqui.

[13] ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

[14] FERKISS, Victor C. **O homem tecnológico: mito ou realidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1972.

[15] CORIAT, Benjamin. **A revolução dos robôs:** o impacto socioeconômico da automação. Tradução de Gilda de Castro Rodrigues. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

[16] MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

[17] BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1973.

E, por fim, agora a questão é outra. A questão é a seguinte: qual é o nosso projeto intelectual enquanto aqueles que atuam a partir de uma determinada perspectiva teórica? Que não é só uma perspectiva teórica, é uma perspectiva da luta política, já que a gente não separa uma coisa de outra. Então, eu diria o seguinte (para resolver, certo? Eu já falei demais sobre isso), a danação é que certas escolhas teóricas não são feitas necessariamente porque as pessoas aderiram à teoria. Certas escolhas teóricas são feitas, e é importante que se diga isso, porque, em um dado momento, certas teorias vendem melhor do que outras. Me possibilitam entrar em certos lugares, ganhar certos editais, continuar me reproduzindo como parte dessa nobiliarquia acadêmica de que eu falei antes. Então, é melhor eu abrir mão e ir na onda, ir na moda. Imagina, a ONU [Organização das Nações Unidas] não vai de forma nenhuma, os organismos multilaterais, propor que a gente trabalhe com a destruição da barbárie. Não vai ter isso com as ODS vamos acabar com o capitalismo". Percebe? Não vão fazer isso. A gente que anda aí querendo discutir questões relativas à crise climática como parte da crise do capital, aí eles olham assim meio de lado... aceita e tal", mas não muito felizes. Às vezes, inclusive, para justificar que olha, até esses barbudos, revolucionários e tal, nós aceitamos vez ou outra, nós damos aí 0,001 que é da FAPESP ou da CAPES, CNPq para eles...". Então, assim, a questão às vezes nem é teórica, faz parte dos negócios de ocasião. A teoria, às vezes, é só um negócio de ocasião.

5. [Thell Rodrigues]: Então, para fechar é mais uma discussão sobre o futuro. Porque a geografia e o marxismo ficaram bem marcados no final do século XX, mas agora a gente já tem um outro cenário, que é esse das mudanças das relações de trabalho, da financiarização, das transformações tecnológicas, e cada vez mais acentuados os conflitos sociais, ecológicos, enfim. Isso tudo coloca já a geografia precisa se posicionar, seja a geografia escolar, essa geografia acadêmica, mas também as institucionais, como a AGB, a ANPEGE, o movimento estudantil e centros acadêmicos. Então, pensando nesse cenário de crise do capitalismo e talvez de uma crise do que seria o marxismo dentro da geografia, que projeto que a gente tem que construir? Quais projetos a gente tem? Qual o papel do marxismo na geografia para construir uma crítica à economia política da geografia e pela geografia?

[Manoel Fernandes]: É uma questão que eu realmente não sei. Então, eu não tenho a menor ideia, mas eu vou pensar algumas coisas aqui. A primeira coisa que me vem à cabeça é que a geografia que nós fizemos até o dia de hoje está sob uma larga ameaça. E essa ameaça, ela é uma ameaça exatamente a todas essas outras formas que por dentro da academia propõe algo diferente daquilo que a academia se tornou: embora um lugar de pensamento público onde

cada vez mais se pensa a partir de interesses privados. Esses interesses privados são dirigidos pelos editais, pelos grupos de pesquisa, pelas redes ditas internacionais. Então, você tem uma condição que é cada vez menor para pensar criticamente a partir do lugar que nós estamos ou do nosso fazer cotidiano.

Então, eu vou usar uma expressão que lefebvrianos adoram, que é assim, o marxismo tem se tornado, e a tendência dele é se tornar ainda mais, residual na academia. Não somente na geografia, na academia como um todo vai se tornar cada vez mais residual. Isso tem contradições. Isso por um lado é bom, porque esse marxismo da academia em larga medida foi parte de uma moda, de um negócio de ocasião, eu já disse. Mas isso obriga a quem está na academia a não abrir mão de estar vinculado ao movimento geral dos trabalhadores, ao movimento geral dos expropriados. Então, isso nos obriga ao mesmo tempo estar na academia pensando por fora dela. Se para o Lênin a gente precisava ir até para as igrejas para poder na verdade ganhar a direção política... ir para os sindicatos pelegos para dirigir politicamente os sindicatos de maneira revolucionária? Vamos disputar a direção... Evidentemente a gente não pode abrir mão da universidade como esse espaço. Mas esse espaço cada vez mais vai ser um espaço digamos assim... isso me lembra o Agente 86 do Maxwell Smart, aquelas paredes que vão se fechando ou determinadas coisas do Batman... paredes vão se fechando, você cai no alçapão e daqui a pouco você está morrendo esmagado... é um pouco essa nossa condição. Mas a única forma de continuarmos a existir pensando a partir de uma perspectiva de método do Marx é nos comprometendo com a transformação radical do mundo. E aí essa é uma questão que é teórica e não penso a teoria como coisa pura. Penso sempre a teoria como parte da crítica à economia política.

Segunda coisa que eu acho que é importante dizer é o futuro que nos aguarda do ponto de vista do campo das ciências humanas, é um pouco aquela do Ciclope. Na mitologia o Ciclope vê o futuro, embora só tenha um olho... o único problema é que o único futuro que ele vê é o da sua própria morte. Há uma tentativa de acabar com a geografia, exatamente com essa geografia que não vai aderir ao mercado. Essa geografia que não pode ser transformada em mercadoria. Então, uma geografia que não pode ser embalada, eu diria, nesse papel de seda e dourado da mercadoria vai ter muita dificuldade de sobreviver. Tem sempre, digamos assim, dois ou três loucos por aí fazendo dossiês sobre marxismo e geografia... mas assim é uma coisa meio, eu diria, residual, em processo de extinção... Evidentemente aquela coisa de não abandonar a trincheira de forma nenhuma.

Tem uma certa elegância como aquela do Itamar Assumpção de que um homem com dor é muito mais elegante. Mas a tendência é haver uma pressão muito forte para que daquia pouco nem revistas, nem editais, nem fundações de amparo à pesquisa aceitem temas que não sejam temas que busquem mitigar ou colocar tapumes diante da crise do capital. Isso tem razões de ser. Primeiro porque a universidade se constituiu no Brasil e em alguns outros lugares do

mundo como lugar de pensamento público, mesmo para uma fração de classe, mesmo para formar setores da burocracia administradora do capital. Mas as universidades nos países de capitalismo periférico deixaram de ter essa importância porque você pode formar agora esses setores até fora. E cada vez mais em função da concentração de riqueza do ponto de vista da produção global do conhecimento com às Big Techs (com o que o professor Urbano Nojosa chama de *bibliocídio*. Você pode pegar obras raras, rasgar as obras e jogar tudo dentro das ditas inteligências artificiais e isso agora deixa de ser propriedade da humanidade e passa a ser propriedade de uma empresa do Elon Musk).

Então essa larga concentração ela também vai esvaziar com a lógica de aderirmos à plataformização no processo de formação. O que é a própria atividade intelectual, essa atividade intelectual que nós conhecemos ainda hoje ela também começou a se tornar cadavez mais residual após a pandemia. Eu cada vez mais leio a pandemia como um teste da crise do próprio capitalismo internacional para implementar certas coisas que sem um choque violento como o da pandemia não teria acontecido. Claro, pode ter sido algo entre aspas aparentemente natural, o que não foi porque no fundo faz parte da forma como se produz o que nós comemos, o que não necessariamente é alimento, faz parte desse mercado do qual já falava Mike Davis, mercado mundial de alimentos ao mesmo tempo mercado mundial da fome. Mas ao mesmo tempo também é a expressão mais acabada da barbárie, o modo como se utilizou a pandemia para matar milhões, mas por outro lado como se utilizou a pandemia para acelerar processos que tinham a ver com a quebra da cotidianeidade baseada na presença dos corpos, você produzir uma espécie de descorporificação social muito violenta. Se nós de alguma maneira já estávamos plugados a determinados equipamentos e já tínhamos abandonado parte dessa sociabilidade importante para a luta política, com a pandemia então processos de expropriação do trabalho foram mais violentos.

Então veja o que foram os processos de *uberização*, a *ifoodização*, bitecnologização da vida pós pandemia é um absurdo. Há eventos que denunciam isso, num só dia durante a pandemia uma conhecida Universidade Privada Paulista demitiu centenas de professores por e-mail. A gente fala dos mortos que comandam a vida dos vivos, havia vídeos de professores já mortos que continuavam dando aula mesmo depois de serem sepultados (não sei se enterrados ou cremados), mas eles continuavam dando aula. Hoje praticamente todo o trabalho na Universidade de São Paulo é realizado mediante ações a distância. Não há lugar em que nós não sejamos encontrados para poder preencher planilhas e cumprir prazos.

Então as tendências não são animadoras. É difícil dizer isso para dois rapazes tão jovens como vocês, ainda tão sonhadores e editores de uma revista de uma associação que está pensando em um dossiê sobre marxismo. Mas a tendência possível é primeiro você ter uma educação bancária, como diz a Carolina Catini, com um Itaú de vantagens... é de você, de certa forma, ter uma tutorização da profissão docente; uma destruição da escola pública; um

empresariamento da universidade... é um ambiente que não vai ser muito propício para o que a gente gosta de fazer. Então eu creio que a nossa saída talvez seja pensar que essa geografia que a gente faz, que não pode ser uma geografia de caráter meramente geográfico, ela tem de conversar com a história com a filosofia, com a economia, com as ciências humanas e com tudo mais, ela tem de se aliar ao movimento geral que os trabalhadores realizam na luta contra a barbárie.

Quer dizer que não é um problema da geografia, é um problema da humanidade. Agora, a ferramenta, ela pode ser muito importante para a gente pensar que mundo vai ser esse. E aí eu acho que teorizar nesse campo é muito importante. Então uma teoria do espaço ou da produção do espaço, da produção e da reprodução do espaço para a sociedade de hoje tem um caráter central. Não para nós geógrafos e geógrafas, não para a universidade, mas para a humanidade. E pensar isso a partir do Marx eu acho que é muito importante. E eu acho que é muito importante agora, para isso, eu volto ao começo da entrevista, é preciso que na realidade a gente plebeize a divina geografia, que a gente, na realidade, digamos assim, mostre que essa roupa higienizada da geografia limpinha saída da lavanderia tem muitas nódoas e manchas de sangue constituídas ao longo da história da humanidade.

Isso exige um tanto de coragem para a gente dizer: olha não foi bem assim... tinham uns mapas que eram feitos mesmo para pôr em campos de concentração as pessoas que estavam passando fome, para que com fome fossem sendo mobilizadas para outros lugares onde fossem expropriadas até a última gota de sangue".

É preciso um tanto de alegria e de paixão e um tanto de coragem também... parece que vocês têm, porque estão construindo esse dossiê!

Finalização. [Igor Alencar]: Só para finalizar e bastante satisfeito, gostaria de deixar registrado que a gente está fazendo essa entrevista no Laboratório de Geografia Política da USP, com o Manoel e sobre essa temática. O que torna esse momento também uma homenagem ao Tonico.

Como citar esta entrevista:

ALENCAR, Igor Carlos Feitosa; RODRIGUES, Thell Victor de Andrade. Entrevista com Manoel Fernandes de Sousa Neto. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 60-91, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/qefxgs14

Sobre o entrevistado: Manoel é professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, realizou graduação em Geografia (Licenciatura, 1992 e Bacharelado, 1993) na Universidade Federal do Ceará (UFC), período em que foi Presidente do Centro Acadêmico Amélia Alba (1988-89), Coordenador da Executiva Nacional de Estudantes de Geografia (1990-91), Diretor do DCE-UFC (1990-91) e Diretor da UNE (1991-92). Professor da Universidade Federal da Paraíba (1993-1998) e da Universidade Federal do Ceará (1998-2007), milita no movimento docente junto ao ANDES-SN desde 1993. Realizou PósDoc na Universidade do Porto em História da Cartografia e Cartografia Histórica em 2012-2013. Livre Docente pela USP em 2019, mesma instituição em que tornou-se Mestre (1997) e Doutor (2004) em Geografia Humana e ingressou como docente da àrea de Teoria e Método (2007). Presidiu a Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia - ANPEGE (2018-2019). Em 2019, foi Professor Visitante da Université Cergy-Pontoise. Poeta-docente realiza pesquisas e orienta no campo da História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo, sendo Coordenador do GECA (Grupo de Estudos do Capital) na Universidade de São Paulo desde 2013 e integra a REDAP (Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública)

Sobre os entrevistadores:

Igor Carlos Feitosa Alencar: Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH-FFLCH-USP), com estágio de pesquisa realizado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). Mestre em Geografia (PPGG-UFPB), Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (CEAD-UFPI) e Licenciado em Geografia (URCA). Pesquisa os temas de Geografia Histórica do Território e Geografia Histórica Urbana, integrando o Grupo de Estudos do Capital (GECA-USP), o Laboratório de Geografia Política (GEOPO-USP) e o Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb/UFPB). Atua no Coletivo de Editores do Boletim Paulista de Geografia (BPG) desde 2024 integrando a Diretoria Executiva Local da AGB São Paulo (2026-2028)

Thell Rodrigues: Doutorando e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é professor no Centro Paula Souza e Coordenador da Base Nacional Comum Curricular da Etec Cepam. Integra a diretoria da AGB Seção Local São Paulo (gestão 2026-2028) como Coordenador de Publicações, sendo Editor-Geral do Boletim Paulista de Geografia (Qualis A1). Atualmente é Representante Discente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) Gestão 2026 e 2027. As pesquisas concentram-se em Geografia Econômica, Geografia Regional e Geografia Histórica, com destaque para a exploração mineral em Minas Gerais, analisada a partir de um enfoque crítico na modernização e na crise da reprodução social capitalista.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar
Thell Rodrigues